

Artigos Originais

REVISTA ESCOLAR E AS “LIÇÕES DE COISAS”: FONTES PARA A PESQUISA HISTÓRICA EDUCACIONAL NO BRASIL REPUBLICANO (1925 – 1927)

Original Articles

REVISTA ESCOLAR AND THE “LIÇÕES DE COISAS”: SOURCES FOR HISTORICAL EDUCATIONAL RESEARCH INTO BRAZIL’S REPUBLICAN PERIOD (1925-1927)

Thiago Teixeira de Petta*

thiagotpetta@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/0579009358027016>

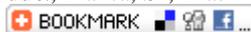
Vânia de Fátima Martino**

vania.martino@unesp.br

<http://lattes.cnpq.br/2196369285679678>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 - está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



RESUMO: Esse trabalho insere-se no campo da História da Educação e busca compreender como a *Revista Escolar*, editada entre os anos de 1925 e 1927, pela Diretoria Geral da Instrução Pública, através de suas “Lições de Coisas” e do método intuitivo veiculou uma concepção de educação e de ensino no período em questão (NERY, 1993; SAVIANI, 2007; SOUZA, 1998; RODRIGUES, 2014). A *Revista Escolar* foi um periódico educacional voltada para a escola pública e com o objetivo de ajudar, principalmente, professores recém-formados nas Escola Normais, com lições prontas para serem copiadas e transpostas em sala de aula (NERY, 1993). O eixo “Lições Práticas” apresentam diálogos entre alunos e professores sobre temas variados, no qual é abordado seu aspecto científico e sua aplicação no dia-a-dia (SCHELBAUER, 2010; BENCOSTTA, 2009; MACHADO, 2010). Observou-se que o periódico, principalmente em seu início, teve o papel de reavivamento do método intuitivo, por meio, além do eixo acima citado, com indicações metodológicas e práticas aos professores, voltadas ao método em questão. Por se tratar de uma revista oficial, chega-se à conclusão que esse foi um projeto da administração pública do final da primeira

* Possui graduação em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp/Câmpus de Franca (2019)

** Docente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - UNESP/Câmpus de Franca.

república, que ainda buscava nos Grupos Escolares uma saída para a educação no Brasil.

Palavras-chave: História da Educação. Método intuitivo. Revista Escolar.

ABSTRACT: This work fits into the field of the History of Education and seeks to understand how the *Revista Escolar*, published between 1925 and 1927, by the *Diretoria Geral da Instrução Pública*, through its “*Lições de Coisas*” and the intuitive method conveyed a conception of education in the period in question (NERY, 1993; SAVIANI, 2007; SOUZA, 1998; RODRIGUES, 2014). The *Revista Escolar* was an educational journal aimed at the public school and mainly aiming at helping newly graduated teachers at the Normal School, with lessons ready to be copied and transposed in the classroom (NERY, 1993). The “*Lições de Coisas*” section presents dialogues between students and teachers on various topics, in which their scientific aspect and their daily application were addressed (SCHELBAUER, 2010; BENCOSTTA, 2009; MACHADO, 2010). It was observed that the journal, especially at its beginning, had a revival role for the intuitive method beyond the aforementioned section, with methodological and practical indications to the teachers, focused on the method in question. Because it was an official magazine, it is concluded that this was a project of the public administration of the end of the late first Republic, which was still seeking in School Groups a way out for education in Brazil.

Keywords: History of Education. Intuitive method. Revista Escolar.

INTRODUÇÃO

O método Intuitivo teve grande alcance mundial, principalmente a partir da segunda metade do século XIX e no Brasil a partir das últimas décadas deste século. Neste período os Grupos Escolares foram os grandes bastiões de sustentação do método, visto que em suas instituições de ensino achou espaço e visibilidade. Este texto buscará analisar como a Revista Escolar (1925-1927) trabalhou com as “*Lições de Coisas*” e conseqüentemente com o método intuitivo, apesar de estar em significativo declínio, tendo em vista sua má aplicação e pelos embates e críticas de educadores e suas abordagens pedagógicas.

A Revista Escolar foi um periódico educacional que buscou contribuir com a formação do professorado paulista por meio de lições prontas para serem aplicadas em sala, além de notícias e novidades relativas ao campo educacional. Publicada entre os anos de 1925 e 1927, contou com 33 exemplares, sendo de responsabilidade da Diretoria Geral da Instrução Pública e do Diretor Pedro Voss.

A busca por este tipo de fonte de estudo, um periódico, começou a ser estudada principalmente pós anos 60/70 do século XX com o alargamento dos objetos usados pelos historiadores (Nova História). Se antes o uso dessas fontes se restringia ao caráter de auxiliar a pesquisa histórica em conjunto com outros documentos, a partir dessa fase, o periódico ganha atenção e passa a ser usado, não mais com mero documento auxiliar, mas como um objeto de estudo que se basta por si só (LUCA, 2005; CRUZ, 2000).

Para construção desse trabalho iremos utilizar uma bibliografia especializada em História da Educação que tratará dos Grupos Escolares e do método intuitivo. Na análise da Revista, trabalharemos com 32 dos 33 exemplares do periódico que foram organizados e disponibilizados pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.¹

Para análise desse material, é importante levar em conta o caráter subjetivo que a revista carrega consigo, desde o autor dos artigos, até o órgão que o edita, nesse caso a Diretoria da Instrução Pública, ou seja, uma publicação oficial. Por conseguinte, os periódicos são campos de constantes disputas e sua análise pode nos dar um entendimento de sistemas escolares pretendidos e os projetos para a educação que uma época pretendeu constituir (CATANI, 1996; LUCA, 2005).

Neste estudo partimos do pressuposto que é de suma importância situar historicamente a revista, com seus embates e condições de produção, sua linha teórica adotada, seus opositores, sua forma, seu público e sua projeção. Além de traçar um caminho histórico que o método intuitivo fez na História da Educação brasileira até chegar às páginas da Revista Escolar e por consequência na formação dos professores no Brasil.

O MÉTODO INTUITIVO

O século XIX é fortemente marcado pela racionalidade carregando consigo a busca constante pela racionalização de todos os elementos da vida, com a educação não seria diferente.

A confiança no método fazia parte da mentalidade do século XIX, impregnada dos princípios de racionalização da produção e da vida social. O método era o guia, o caminho seguro para alcançar objetivos e metas estabelecidas. Entende-se, assim, como tal elaboração atinge o campo educacional precisamente no

¹ Os 32 números podem ser acessados pelo site do Arquivo Público do Estado de São Paulo (2019).

momento em que era forçosa a racionalização dos sistemas educativos com a difusão da escolarização em massa. (SOUZA, 1998, p. 159).

Neste momento educacional se constitui a necessidade de um método que padronizasse o campo educacional e conseqüentemente otimizasse os recursos empregados para tal, pois dessa forma abarcaria a crescente demanda pelo serviço educacional, esse aumento da procura pela educação pode ser explicado pelo processo de urbanização que São Paulo passou neste período.

Uma outra questão para entendermos o contexto que nasce o método intuitivo, é a industrialização. Os bens industrializados e as facilidades que estes traziam são amplamente difundidos e defendidos. No âmbito escolar temos a ampliação dos materiais didáticos e pedagógicos, como a carteira, o quadro negro, o globo terrestre e etc. Por conseguinte, grande parte da organização escolar é alterada.

Esse procedimento pedagógico, conhecido como método intuitivo ou lições de coisas, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficácia do ensino, diante de sua inadequação às exigências sociais de correntes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX; e, ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino. (SAVIANI, 2007, p. 138).

Sobre o nascimento do método:

Tal método surgido na Alemanha no final do século XVIII pela iniciativa de Basedow, Campe e sobretudo Pestalozzi, foi tributário, por sua vez, das idéias de filósofos e pedagogos como Bacon, Locke, Hume, Rousseau, Rabalais, Comenius, Froebel, entre outros. (SOUZA, 1998, p. 159).

No qual:

Consistia na valorização da intuição como fundamento de todo conhecimento, isto é, compreensão de que a aquisição dos conhecimentos decorria dos sentidos e da observação [...] pressupunha uma abordagem indutiva pelo qual o ensino deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato. (SOUZA, 1998, p. 159).

Ou seja, o método intuitivo partia do conhecido para o desconhecido, mediado pelos sentidos, em que os materiais seriam usados para conduzir esse processo. O professor ganha a função de instigar a curiosidade por um determinado assunto e o aluno chegar a uma conclusão, sempre a partir de conhecimento prévios e adquiridos por meio da observação.

As novas abordagens e teorias psicológicas também foram de suma importância para o desenvolvimento do método, principalmente a psicologia infantil, em que:

A consideração da natureza do desenvolvimento infantil como princípio básico para a educação e seus desdobramentos de orientação psicológica enraizou uma forma de conceber a aquisição do conhecimento, e, conseqüentemente, de organizar o ensino. Por isso, é preciso ver nas lições de coisas mais que um simples método pedagógico e vê-lo como a condensação de algumas mudanças culturais que se consolidaram no século XIX: numa nova concepção de infância, a generalização da ciência como forma de “mentalidade” e o processo de racionalização do ensino. (SOUZA, 1998, p. 161-162).

O método intuitivo fez com que a vida cotidiana fosse racionalizada, ou seja, o método vislumbrou uma educação integral, no sentido de abarcar todos os âmbitos da vida, buscando mudar a visão leiga para as questões do dia-a-dia e construindo uma visão científica para com esse cotidiano. A busca pelo conhecimento, tendo como base os fatos concretos da vida da criança, alcançou todas as ações diárias dos indivíduos.

Em São Paulo o método intuitivo ganhou seu primeiro espaço institucional no ano de 1879, com a Reforma de Leôncio Carvalho, no qual em seu Artigo 9º, §1 torna a matéria “Prática do ensino intuitivo ou lições de coisas.” obrigatória². Contudo é nos anos pós 1890, que São Paulo realiza uma ampla reforma educacional, em que o mote das escolas graduadas e do método ganha maior força e se constitui.

Após a Reforma de 1879, um dos maiores defensores do método, Rui Barbosa, que traduziu o livro “Primeiras Lições de Coisas” de Norman Allisson Calkins, escreve seus pareceres, no qual alerta sobre a importância de superação do passado Imperial. Em “Nos *Pareceres/Projeto* sobre o ensino primário Rui Barbosa destacou que cabia à Reforma repudiar tudo o que existia e reorganizar totalmente o programa escolar, conformando-o com as exigências dos novos tempos.” (MACHADO, 2010, p. 97) Em relação à reorganização do ensino:

O ensino deveria ser totalmente reorganizado, tanto em seu programa como em seu método. Assim, Rui Barbosa propunha a adoção do ensino das Lições das Coisas, método que seria a cura para três séculos de um ensino abstrato e morto, baseado na repetição. Entretanto, discordava da forma como ele havia sido proposto no Decreto, como matéria em separado. (MACHADO, 2010, p. 97).

² Projeto da Reforma na íntegra (BRASIL, 1879).

Ou seja, para Rui Barbosa as “Lições de Coisas” não deveriam estar em uma matéria separada, mas estar presente em todas as outras, como um espírito do programa geral do ensino (SCHELBAUER, 2010).

GRUPOS ESCOLARES OU ESCOLAS GRADUADAS

O final do século XIX é de suma importância para a compreensão da mentalidade educacional que se forma na primeira metade do século XX, em que a escola se torna o centro da constituição do cidadão nacional. Com isso, a racionalização e positivação desse meio são imprescindíveis para seu sucesso.

Intervir na escola é, pois, intervir no próprio processo de construção da nação. Ao se regenerar a alma e o coração da escola, estar-se-ia regenerando a alma e o coração dos indivíduos e por extensão a própria alma e coração da nação. Verifica-se, assim, a positivação da organização escolar levada aos extremos, concorrendo para afirmar uma crença no caráter messiânico e redentor da escola. (GONDRA, 1997, p. 92).

A escola sofre uma série de reformas com a tentativa de organizar e melhorar suas ações e resultados. Nos anos de 1890, principalmente em São Paulo, com Caetano de Campos, e no Distrito Federal, com Benjamin Constant, as escolas modelares são instituídas e anexas a Escola Normal, com isso se buscava um exemplo de organização escolar, além da formação docente, muito importante para efetivação do sistema.

A preocupação com os professores devia-se à premissa que pareceu orientar o discurso republicano: *A escola é o mestre*. Esta premissa se caracteriza pelo estabelecimento de uma relação de determinação, na qual o "mestre" define a "escola". Neste caso, uma atenção especial deveria ser destinada aos mestres, posto que a escola é, segundo este raciocínio, a expressão dos mestres que possui. É, portanto, uma relação que reduz a compreensão da organização escolar a um de seus termos, no caso, aos mestres. (GONDRA, 1997, p. 92).

O professor ganha importância na constituição escolar e no projeto educacional que se busca construir.

É nesse contexto que nascem os Grupos Escolares, por meio da Lei nº 169, de 7.8.1893 e conseqüentemente suas construções no Estado de São Paulo. O projeto buscava a universalização do ensino, e objetivou a formação de uma população educada e alfabetizada para exercer seu papel de cidadão em uma democracia. Assim, buscando

uma referência os olhos dos proponentes se voltam para o exterior, visto que em países europeus esse processo já se mostrava muito mais adiantado.

Com os olhos voltados para os países europeus e principalmente para os Estados Unidos, os republicanos paulistas assistiam impressionados à constituição dos sistemas nacionais de ensino nesses países e os avanços educacionais. No final do século XIX, a universalização do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos deles. No bojo desse processo, a escola primária foi “(re)inventada”: novas finalidades, outra concepção educacional e organização no ensino. O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação. (SOUZA, 1998, p. 29).

Contudo, no Brasil, essa educação voltada para as massas, mesmo que almejada no início da administração republicana, só voltará a pauta nos anos de 1920 com a Reforma de Sampaio Dória. Até este momento a educação dos Grupos Escolares, por uma série de motivos que iremos trabalhar adiante, não consegue alcançar seus objetivos iniciais (SAVIANI, 2007).

Enquanto estrutura, devemos pensar os Grupos Escolares como heterogêneos, visto que uns apresentavam um grande edifício escolar e outros não, uns com maiores investimentos e professores qualificados e outros não. Ou seja, há uma falta de centralidade das políticas de valorização dessas instituições, mas de modo geral, principalmente nos grupos da capital paulista, os prédios tendem a uma grandeza, pois dessa forma demonstram a força do empreendimento republicano na educação. A distribuição arquitetônica racionalizada demonstra uma fragmentação das atividades, ou seja, funções específicas para cada área. Nasce também a figura do diretor, que é responsável pelo ato de pensar a organização escolar e de administrá-la. Pode-se observar uma clara tentativa em todos os âmbitos de uma extrema organização, pelo método, pela arquitetura, pela administração e etc (SOUZA, 1998).

Com a reunião dessas escolas e a racionalização do processo educativo, verifica-se a graduação e seriação das classes, assim os conteúdos dessas escolas passam a ser distribuídos pelas diferentes fases do desenvolvimento infantil.

Contrários à ideia de que os grupos escolares não deveriam ser um ocasional agrupamento de escolas em um mesmo edifício, as autoridades de ensino, que defendiam a proposta deste modelo, afirmavam que esta escola deveria possuir uma sequência metódica e sistemática do ensino, seria necessário,

portanto, submetê-los a uma regulação científica. Desse modo, enfatizava-se que os alunos, na medida do seu aproveitamento, passassem por diversas classes e graus e assim cada vez mais se aperfeiçoaria sua educação intelectual. (BENCOSTTA, 2009, p. 71).

A graduação e seriação do ensino tiveram algumas consequências em que, mesmo havendo uma otimização dos gastos e melhoras relativas à aprendizagem, essa divisão acabou por criar um sistema de competição entre alunos, que recebiam premiações por seu desempenho (SOUZA, 1998). Como consequência, aumentam-se os critérios de seleção, a repetência entra em pauta.

Quanto ao significado pedagógico da implantação do modelo dos grupos escolares, cumpre observar que, por um lado, a graduação do ensino levava a uma mais eficiente divisão do trabalho escolar ao formar classes com alunos de mesmo nível de aprendizagem. E essa homogeneização do ensino possibilitava um melhor rendimento escolar. Mas, por outro lado, essa forma de organização conduzia, também a mais refinados mecanismos de seleção, com alto padrões de exigência escolar [...]. (SAVIANI, 2007, p. 175).

Assim, eram criadas diversas barreiras ao ensino, fazendo com que as crianças de classes menos abastadas não permanecessem na escola, tirando o caráter popular dos grupos.

As escolas graduadas vêm de um projeto republicano de escola, por conseguinte recebe a finalidade de legitimação desse sistema político. Desta forma, o início do século XX marca a ascensão de São Paulo como o polo político e econômico do Brasil, tendo em vista a economia cafeeira, e o início de um processo modernizador, com base no iluminismo francês, em que a escola representa a luz e a partir dela se busca uma civilização das massas e a homogeneização cultural (SOUZA, 1998).

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. (SOUZA, 1998, p. 241).

Como emento pedagógico, disciplinas como educação cívica e história foram responsáveis por impulsionar o sentimento de nacionalismo e pertença a pátria, cujos ideais estruturou boa parte das discussões educacionais da época. Outra questão muito cara aos republicanos seria, além da legitimação, inserir a concepção de “novo homem” nos debates mundiais, entendendo a escola como responsável por uma formação

completa e integral, a integralidade no sentido de transpor todo conhecimento científico que se estruturou até então, ou seja, um conhecimento enciclopédico. (SOUZA, 1998)

A noção de integralidade da educação denota nesse momento um sentido particular dado à idéia de cultura geral remetida ao conhecimento científico que se difundia no final do século XIX e não mais o conhecimento literário (filosofia, retórica, literatura clássica e línguas modernas) predominante anteriormente. É, de fato, o espírito da *Encyclopédie* que perpassa a concepção de educação integral, isto é, a educação que contemplava todos os conhecimentos existentes, não apenas as ciências, mas os conhecimentos literários e as artes aplicadas às indústrias e aos ofícios. (SOUZA, 1998, p. 172-173).

Os Grupos Escolares também passam por um processo de legitimação, a exemplo da grandeza arquitetônica, em seus grandes prédios apresentava uma ideia de elevação racional; as festas de encerramento e de dias pátrios; os exames públicos, que traziam pessoas da comunidade para serem avaliadoras dos alunos que ficavam para recuperação. Todos esses elementos tiveram a função fundamental de abarcar a população como um todo para dentro do ambiente escolar, pois dessa forma seria possível a aproximação entre a sociedade e o projeto republicano educacional, por meio desses espetáculos simbólicos.

Os exames públicos, as festas e exposições escolares e as comemorações cívicas explicitam as múltiplas formas pelas quais a escola primária construiu sua identidade institucional e estendeu a sua pedagogia à sociedade mais ampla. Dimensão simbólica da cultura escolar, os ritos e espetáculos – momentos de dramatização do cotidiano –, estiveram implicados na construção de identidade institucional e desempenharam a função de sacralizar o grupo como uma expressão da pátria e da República. (SOUZA, 1998, p. 277).

Em relação às questões pedagógicas dos Grupos escolares, Saviani (2007), citando Reis Filho, apresenta seis tópicos estruturantes:

- a) Simplicidade, análise e progressividade – O ensino deve começar pelos elementos mais simples. O esforço pedagógico exige a análise de matéria ensinada, de modo a decompô-la num certo número de elementos que serão individualmente fáceis de assimilar. O espírito do aluno, progressivamente, vai-se enriquecendo à medida que adquire os novos conhecimentos gradualmente dispostos.
- b) Formalismo – O ensino chega ao encadeamento de aspectos rigorosamente lógicos. O ensino esforça-se por ser dedutível.

- c) Memorização – A decomposição do conteúdo do ensino em elementos facilita a memorização. A medida do conhecimento do aluno é dada pela sua capacidade de repetir o que foi ensinado pelo professor.
- d) Autoridade – A escola elabora sistema de prêmios e castigos, de sanções apropriadas visando a garantir que a organização pedagógica se funde na autoridade do professor.
- e) Emulação – A ideia de dever, a necessidade de aprovação e o sentimento do mérito são desenvolvidos para manter a atividade escolar, e completam, desse modo, o princípio de autoridade.
- f) Intuição – O ensino deve partir de uma percepção sensível. O princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis à observação e a à percepção do aluno. Desenvolve-se, então, todos os processos de ilustração com objetos, animais ou suas figuras (REIS FILHO, 1995, p. 68 apud SAVIANI, 2007, p. 172-173).

É esse conjunto é que a Escola Nova, anos mais tarde, irá chamar de escola “tradicionalista”.

Mesmo com toda atenção que os Grupos Escolares ganharam o sucesso no campo educacional não aconteceu Segundo Saviani (2007), no início dos anos 20 o analfabetismo chegava à marca de 65%, ou seja, a grandeza dessas escolas não se concretizou. A falta de recursos para a educação foi um dos principais motivos pelo seu insucesso, os Diretores fazem constates queixas dessa questão, a falta de recursos materiais, falta de professores qualificados e prédios em péssimo estado foram, ao longo do início do século XX, os principais motes de reclamações dessas figuras que ganharam tanta visibilidade neste período (SOUZA, 1998).

É nesse contexto que a Revista Escolar nasce, na falência dos grupos e do método intuitivo, ela surge, talvez, com a função de reavivamento da ordem “tradicionalista”, ponto de constante crítica de intelectuais apoiadores do “escolanovismo”. Feita essa contextualização, primeiramente sobre o método intuitivo e depois o lugar de consolidação do método, os Grupos Escolares, iremos, no tópico seguinte, entender como essas questões aparecem na Revista Escolar, principalmente sobre as “Lições de Coisas”.

AS “LIÇÕES DE COISAS” NA REVISTA ESCOLAR (1925 – 1927)

Tendo em vista que o século XX é marcado por um período de grande modernização no Brasil, principalmente em São Paulo por conta do café, diversas ideias de cunho científico ganham espaço dentro da classe letrada brasileira, há um processo

de “letramento” dessa elite. O mercado editorial tem grande crescimento nesse período, principalmente por conta do barateamento da produção, em decorrência das novas tecnologias (CRUZ, 2000; LUCA, 2005; CATANI, 1996).

A nascente produção fabril, o crescimento do setor de serviços, as levas de imigrantes, a nova paisagem técnico-industrial que se delineava em algumas cidades, os avanços nas comunicações e no letramento da população, preocupação do governo republicano recém-instalado, justificavam o otimismo, regado com os lucros das exportações. Velocidade, mobilidade, eficiência e pressa tornaram-se marcas distintivas do modo de vida urbano e a imprensa, lugar privilegiado da informação e sua difusão, tomou parte ativa desse processo de aceleração. (LUCA, 2005, p. 137).

Concomitante a esse processo de modernização, a urbanização tem um papel central para a expansão editorial que se verifica no início do século XX, além de moldar as relações que se dão nesse meio. As cidades tornam a vida mais acelerada, transformam a noção de tempo, no qual não se utiliza mais o tempo da natureza. Esse processo altera todos os âmbitos da vida, em que a escola também estava inserida. Como vimos anteriormente, há uma racionalização do processo educativo, em que Grupos Escolares representam um fenômeno tipicamente urbano (SOUZA, 1998).

Nos anos 20 do século XX há uma efervescência no campo educacional, o método “tradicionalista” representado pelas escolas reunidas dão sinais de esgotamento e não cumprem aquilo que prometeram uma escola universal e de qualidade (NAGLE, 1974; SAVIANI, 2007). O movimento renovador da Escola Nova ganha grande projeção neste momento, como uma oposição ao ensino tradicional. No ano de 1920, com a reforma de Sampaio Dória, há uma tentativa de caminhar nessa direção, contudo em 1925 ocorre uma Reforma da Instrução Pública em São Paulo que retrocede a questão (NERY, 1993). E é nessa reforma que nasce a Revista Escolar, ou seja, ela surge no berço de uma falência dos grupos escolares, que não conseguiu lidar com o analfabetismo, que chegou à 65% da população (SAVIANI, 2007).

E, apesar do entusiasmo que marcou o início do período republicano com a criação dos grupos escolares, até o final da Primeira República o ensino escolar permaneceu praticamente estagnado, como se vê pelo número de analfabetos em relação à população total, que se manteve em 65% entre 1900 e 1920, tendo seu número absoluto aumentado de 6348.869, em 1900, para 11.401.715, em 1920. (SAVIANI, 2007, p. 150).

A Revista Escolar de responsabilidade da Diretoria Geral da Instrução Pública era uma revista mensal, cuja tiragem chegava a 3.500 exemplares por volume, o que, se considerarmos seu público específico, o professorado paulista, e o seu ano de publicação, foi um número expressivo.

A revista se dividiu em tópicos, nos quais os principais e com maior recorrência eram as “Lições Práticas”, que consistiam em lições prontas para serem usadas pelos professores em sala de aula, apresentadas via perguntas e respostas com os temas das matérias obrigatórias, como geografia, educação moral e cívica, geometria e etc. As “Lições de Coisas”, tópico fundamental para esse trabalho, consistia em diálogos entre aluno e professor sobre diversos temas, tratando seu lado mais científico e levando para o dia a dia, como exemplo da “Literatura Infantil”, que oferecia ao leitor diversas histórias infantis com teor moralizantes para serem aplicadas em aula.

Uma questão fundamental encontrada nas publicações da revista diz respeito às interrogativas, que permeiam todas suas lições. Por meio delas acreditava-se gerir um maior interesse, no qual o professor teria a função de “guiar” o ensino por meio desses questionamentos.

É preciso haver perguntas direcções, ilustrações etc., para estimular a mente do alumno a dar o passo indicado pelo professor. Si o alumno tiver que deduzir as causas do clima duma certa localidade, os meios precisam sêr adequados a esse acto mental. O professor primeiramente imagina os passos a serem dados no pensamento do alumno, e depois dispõe os meios exteriores para cada passo. (REVISTA ESCOLAR, n. 2, p. 71).

Neste processo, há uma ideia de constate interação entre a sensibilidade do aluno, por meio do material, e as interrogativas, para apreensão de determinado conhecimento. A figura do professor é de extrema importância, pois a partir do nível de suas perguntas os alunos construirão e refletirão sobre o conteúdo. Partindo de suas experiências vividas, as perguntas encaminhariam para um novo conhecimento.

[...] por meio de perguntas bem concatenadas, bem graduadas, conduzir o menino da observação de factos ou exemplos particulares bem escolhidos, á enunciação duma verdade geral que lhe queremos ensinar. A interrogação é um excellent processo proprio do methodo inductivo que seguimos na lições de coisas, nas noções de sciencias phisicas, etc. Permite também reviver as idéias do meninos, habitual-os a exercicios de linguagem, preparação, composição, etc. (REVISTA ESCOLAR, n. 2, p.73).

No tópico de Zoologia, do segundo volume da revista, há uma instrução de aplicação do conteúdo sobre aves que explicita muito bem a questão do método intuitivo, no qual diz:

É conveniente apresentar o professor para este estudo, espécimens de aves, de seus ovos e ninhos. Quando isso fôr impossível, quadros que ilustrem aquillo que se quer ensinar, pois é indubitável que a criança grava e guarda melhor aquillo que é adquirido pelos sentidos e especialmente pela vista. Deve ainda o mestre fazer com que os alumnos observem e comparem as semelhanças e diferenças entre as diversas ordens, diferenças quanto ás garras bicos vôo, alimentação, etc. Precisa ainda aproveitar o ensejo para mostrar a grande utilidade das aves, especialmente á lavoura, inculcando no espirito infantil a proteção que devemos ás aves e aos seus ninhos (REVISTA ESCOLAR, n. 2, p.10).

Na análise deste material é possível observar a preocupação com o aspecto sensível, que se configura a partir dos sentidos, nesse caso a visão; a aplicação desse conhecimento no dia-a-dia da criança também é fundamental; e por último o papel que o professor tem, de condutor desse processo.

O método intuitivo não nega a importância do aluno no processo de aprendizado, pois é essa pessoa que vai realizar as reflexões para se chegar o entendimento do conteúdo, contudo a figura do professor é indispensável, é ele que encaminha as reflexões, ele que as articula e as baliza. Essas características podem ser observadas em todas as publicações da revista, entretanto, com o passar do tempo, outras visões começam a ser trabalhadas. Um exemplo disso é a da edição n. 23 da revista, cujo foco é o método Montessori, atrelado à Escola Nova e ênfase ao protagonismo do aluno, a liberdade e a sua autonomia como protagonista de seu conhecimento.

Ainda, no que diz respeito aos Grupos Escolares, a Revista Escolar veículou diversas notícias a respeito destas instituições, principalmente em relação ao número de matrículas, fotos dos prédios, divulgação dos novos grupos que surgiam, relação de nomeações e possíveis melhorias, sempre com tom de exaltação a essas instituições.

Fotografia 1 – Grupo Escolar da Lapa - Capital



Fonte: REVISTA ESCOLAR, n. 5, 1925.

Acima uma foto do Grupo Escolar da Lapa/ Capital divulgada pela Revista buscando sempre valorizar a grandeza dessas instituições, como podemos observar nessa imagem. Estas informações são subsídios riquíssimos a História das Instituições escolares no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou tratar sobre o método intuitivo, tanto sua aplicação e consolidação nos Grupos Escolares, quanto sua veiculação e divulgação pela Revista Escola, institucionalizado em 1879, com a Reforma de Leôncio de Carvalho, que tornou a disciplina “Lições de Coisas” obrigatória.

As escolas reunidas foram o grande bastião de sustentação do método, visto que nessas instituições as “lições de coisas” foram perpetuadas. Em São Paulo criou-se uma relação de simbiose entre os grupos e o método, toda constituição e base de construção dessas escolas teve como norte a aplicação efetiva do método, ou seja, uma racionalização do processo educativo, que incluiu até a estrutura física e arquitetônica.

Pela má administração, problemas de ordem financeira e até uma possível falha do método, as escolas graduadas não deram continuidade. Entre os motivos pode-se observar que elas não conseguiram abarcar as camadas mais populares e nem

combater os altos índices de analfabetismo no Brasil. Assim, ganha força, o movimento de renovação da Escola Nova, que teve seu auge no ano de 1920, com a Reforma Sampaio Dória. Contudo, cinco anos mais tarde, em 1925, essa reforma deu lugar à Reforma da Instrução Pública de São Paulo, que representou uma volta aos antigos preceitos “tradicionalista”, ou seja, uma quebra com a Escola Nova. É partir dessa reforma que a Revista Escolar nasce, ou seja, ela representou um dos últimos suspiros do modelo de escola representada pelos Grupos Escolares e seu modelo de ensino.

Nossa pesquisa indicou que nas páginas da revista podemos observar uma grande inclinação para com o método intuitivo. Em suas edições a revista buscou trabalhar sempre com a ideia de ensino integral, que por meio das “Lições de Coisas” objetivava formar um cidadão “completo”, educado a partir de um conhecimento enciclopédico e aplicável em seu dia-a-dia. Para a revista “A escola primaria deveria *offerecer* aos educandos o ensino intuitivo, baseado em processos práticos e *attraentes*” (REVISTA ESCOLAR, n. 5, p. 80).

Para concluir, por se tratar de um periódico oficial, a Revista Escolar (1925 – 1927) veiculou o modelo educacional que a Diretoria Geral da Instrução Pública buscava constituir nesta época. Isso só evidencia a importância que o estudo desse tipo desta fonte tem possibilitando uma ampla compreensão histórica dos debates travados no campo educacional e por consequência da História da educação nos início do século XX no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/publicacoes.php>. Acesso em: 15 set. 2019.

BASTOS, Maria Helena C. Espelho de Papel: a imprensa e a história da educação. *In*: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; /Uberlândia: EDUFU, 2002.

BENCOSTTA, Marcus L. Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. *In*: BASTOS, Maria H. Camara; STEPHANOU, Maria. (org.). **Histórias e memórias da educação**: século XX. Petrópolis: Vozes, 2009. v. 3.

BRASIL. Decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879. Reforma o Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1 pt. 2, p. 196, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 6 set. 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CATANI, Denise Barbara. A imprensa periódica educacional: a Revista de Ensino e o ensino do campo educacional. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez. 1996.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana. 1890 – 1915**. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

FERNANDES, Fabiana Silva; KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Análise de periódicos na história da educação: princípios e procedimentos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 145, p. 562-585, maio/ago. 2012.

GONDRA, José Gonçalves. Entre os frutos e o arvoredo: a docência no projeto educacional republicano (1890/1896). **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 2, p. 83-97, 1997.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HONORATO, Tony. A reforma Sampaio Dória: professores, poder e figurações. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 1279-1302, out./dez. 2017.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PYNSKY, Carla Bassanezzi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, Maria C. Gomes. O Decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. *In*: BASTOS, Maria H. Camara; STEPHANOU, Maria. (org.). **Histórias e memórias da Educação: século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2010. v. 2.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP. 1974.

NERY, Ana Clara Bortoleto. (In)formando, divulgando e educando: uma década de imprensa periódica em São Paulo. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDO E PESQUISA HISTEDBR, 5., 2001, Campinas. **Anais....** Campinas: UNICAMP, 2001.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **A Revista Escolar e o movimento de renovação em São Paulo (1925 – 1927)**. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1993.

REVISTA ESCOLAR. Orgam da Directoria da Instrucção Publica. São Paulo, 1925 – 1927. Mensal. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/publicacoes.php> . Acesso em: 26 ago. 2019.

RODRIGUES, Ana Cristina. **A educação do corpo nas páginas da Revista Escolar (1925- 1927)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade São Francisco, Itatiba, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. *In*: BASTOS, Maria H. Camara; STEPHANOU, Maria. (org.). **Histórias e memórias da Educação: século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2010. v. 2.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890 – 1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.